

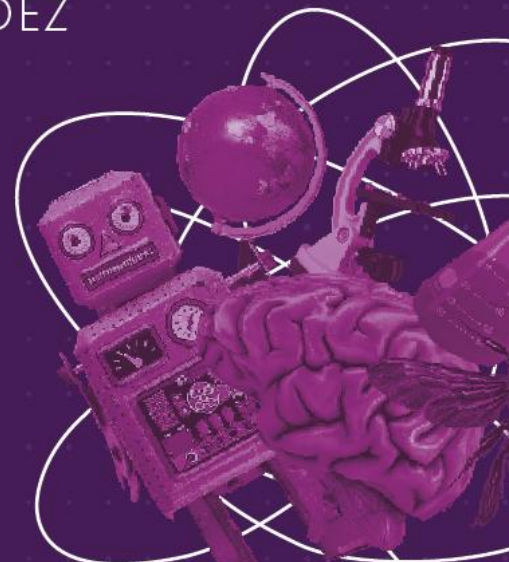
AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR MULHERES PARA SAIR DE UM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Professora orientadora: Luana Elayne Cunha de Souza

Aluna: Maria Rita de Olinda Maciel

PROGRAMA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIC/CEUB

RELATÓRIOS DE PESQUISA
VOLUME 10 Nº 1- JAN/DEZ
2024



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

MARIA RITA DE OLINDA MACIEL

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR MULHERES PARA SAIR DE UM
CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pesquisa e Extensão.

Orientação: Luana Elayne Cunha de Souza

**BRASÍLIA
2025**

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo às estudantes e às profissionais, de diversas áreas de atuação, empenhadas nos estudos de gênero e que buscam oferecer qualidade de vida e dignidade às mulheres brasileiras. Sobretudo, dedico-o a todas as mulheres que, de forma direta ou indireta, contribuíram para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Professora Luana Elayne Cunha de Souza, por me conduzir com excelência nesta jornada acadêmica, cujas experiências levarei para toda a minha trajetória profissional. Manifesto também minha gratidão ao Centro Universitário de Brasília (CEUB) e à equipe da Iniciação Científica, pelo incentivo, pela oportunidade de desenvolver este projeto e pela constante disponibilidade em esclarecer dúvidas

Registro meus agradecimentos ao Movimento de Mulheres Olga Benário, pelo acolhimento e pela oportunidade de atuação voluntária junto à equipe técnica da Casa Ieda Santos Delgado. Essa vivência prática na luta contra a violência de gênero, especialmente no combate à violência doméstica, contribuiu de forma significativa para a presente pesquisa. Estendo ainda meus agradecimentos ao Instituto de Desenvolvimento Humano Umanizzare, pela constante receptividade e pelos valiosos ensinamentos que ampliaram minha compreensão sobre o impacto das ações de apoio a mulheres em situação de violência.

Meus agradecimentos mais especiais são destinados às participantes desta pesquisa, que, desde o primeiro contato, demonstraram o desejo de colaborar para que outras mulheres tenham acesso a informações, sintam-se amparadas e acreditem que, apesar das adversidades, é sempre possível recomeçar.

Por fim, expresso minha sincera gratidão à minha família e aos meus amigos pelo apoio incondicional durante todo curso de Psicologia e em cada uma das minhas empreitadas acadêmicas.

“O machismo faz com que o mais medíocre dos homens se sinta um semideus diante de uma mulher”

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

A violência contra a mulher no Brasil é uma questão de saúde pública. Dentro desse espectro, o foco desta pesquisa é a violência doméstica e a forma como as mulheres se percebem e se posicionam dentro dessas relações. O ponto central a ser discutido é o momento de ruptura do ciclo de violência, considerando que, mesmo com a criação de leis, a implementação de equipamentos governamentais e a constante luta do movimento feminista para promover mudanças de discursos e crenças, a violência persiste. Pesquisas recentes indicam que a maioria das mulheres vitimizadas pela violência doméstica permanece na relação e não realiza a denúncia. Nos casos em que a ocorrência é registrada, é comum que posteriormente seja retirada. Além disso, muitas dessas mulheres, apesar de conhecerem a Lei Maria da Penha, não possuem informações amplas sobre seus dispositivos ou sequer acreditam na sua eficácia. Nesse sentido, este trabalho expõe e discute como o machismo, integrado à cultura ocidental, tem influenciado há décadas a forma como as mulheres se percebem na sociedade — especialmente nas próprias relações amorosas — dificultando, assim, a ruptura com o contexto de abuso em que estão inseridas. Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o processo de saída de mulheres do contexto de violência doméstica. Para alcançar esse objetivo, adotou-se o método qualitativo, que possibilita compreender não apenas os fatos objetivos, mas também os aspectos sócio-históricos e a subjetividade que compõem a vivência das voluntárias. Este estudo utilizou a análise de conteúdo como técnica qualitativa para realizar o tratamento de dados, a qual evidenciou a existência de fatores internos e externos, influenciados pelo meio, que funcionam como obstáculos ao rompimento. Os resultados também demonstram que a exposição contínua às agressões provoca a perda da identidade — consequência que, embora atue como barreira, pode igualmente representar um ponto de força para romper com o ciclo de violência.

Palavras-chave: Subjugação feminina; Violência doméstica; Obstáculos; Rompimento; Recomeço.

SUMÁRIO

1 Introdução	9
1.1 Contextualização da pesquisa	9
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
2 Fundamentação teórica	13
2.1 Questões transversais ao gênero	13
2.2 Definição de violência doméstica	14
2.3 Tipos de violência e barreiras no enfrentamento	15
3 Método	18
3.1 Tipo de pesquisa e abordagem	18
3.2 Participantes	18
3.3 Caracterização do Local	19
3.4 Materiais e instrumentos	19
3.5 Procedimento ético e coleta de dados	20
3.6 Análise de dados	22
4 Resultados e discussão	23
4.1 Eixo 1: Trajetória	23
4.1.1 Despertar	24
4.1.2 Permanecer	25
4.1.3 Iniciativa	27
4.2 Eixo 2: Dificuldades e Barreira	29
4.3 Eixo 3: Estratégias e recursos de superação	32

4.4 Eixo 4: Autoestima e Reconstrução da identidade	34
5 Considerações Finais	37
Referências	38
APÊNDICES	41
Apêndice A	41
Apêndice B	42
Apêndice C	43
Apêndice D	49
Apêndice E	50

1 Introdução

1.1 Contextualização da pesquisa

A presente pesquisa propõe investigar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no processo de ruptura do ciclo de violência doméstica. Para uma compreensão mais profunda dos resultados que serão apresentados, torna-se imprescindível revisitar eventos históricos e analisar de que maneira eles continuam a influenciar as vivências femininas na contemporaneidade.

Ao olhar para o passado, nota-se que, por séculos, no Ocidente, a maioria das mulheres foi vetada de espaços acadêmicos e de cargos públicos (Follador, 2009), confinada ao ambiente doméstico e exposta a violências, com o intuito de manter o poder concentrado nas mãos dos homens. Segundo Fernandes e Costa (2024), ainda que haja exceções, as mulheres que romperam com essa barreira não alcançaram a mesma notoriedade que os autores masculinos. Assim, mantém-se, até os dias atuais — quando se observa a população em geral —, a crença de que os homens desempenham melhor funções que envolvem inteligência e racionalidade, enquanto às mulheres são atribuídas à papéis ligados à afetividade e ao cuidado.

No Brasil, uma das estratégias para manter a submissão feminina nas relações de poder, foi o Código Civil Brasileiro de 1916 — vigente até 2002 — o qual estabelecia a obediência da mulher ao marido. Dessa forma, a mulher casada só poderia trabalhar, ingressar na vida acadêmica ou receber uma herança com a autorização do cônjuge (Novaes Marques, 2004), anulando a autonomia feminina e deixando-as vulneráveis à violência. Outro artifício jurídico é a tese da “legítima defesa da honra”, que garantia ao cônjuge o direito de matar a esposa sob alegação de adultério (Corrêa, 1981).

Apesar de limitações estabelecidas ao longo do tempo, essa tese só foi considerada inconstitucional em 2023, após decisão do STF. Ela era utilizada por acusados de feminicídio para alegar que havia fatores emocionais que motivaram o crime (Agência Brasil, 2023).

Medidas dessa natureza fortaleceram a concepção de que a mulher é subordinada ao homem, o que resulta na deslegitimação das violências ocorridas no âmbito das relações. Segundo Schraiber, D'Oliveira e Couto (2006), a violência contra a mulher geralmente não provoca ampla comoção, por estar socialmente normalizada. Com exceção de casos de agressões extremas — como o episódio ocorrido em 2025, no qual uma mulher foi espancada pelo marido com 61 socos dentro do elevador —, as violências em outras esferas tendem a ser ignoradas ou a receber o benefício da dúvida em favor do agressor.

Diante desse cenário, o movimento feminista têm lutado por décadas pela criação de leis e políticas públicas que garantam a segurança das mulheres. A criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e de auxílios, como o aluguel social, busca reduzir a revitimização e oferecer suporte às vítimas de violência durante o processo de rompimento do ciclo abusivo. Em resposta a esses e a outros avanços, observa-se o recrudescimento de discursos e o surgimento de projetos de caráter conservador dentro do Congresso Brasileiro (Soares & Souza, 2021).

O Projeto de Lei nº 1904/2024, por exemplo, propõe equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, incluído casos de gravidez decorrente de estupro (Câmara dos Deputados, 2024), representando mais uma tentativa de restringir a autonomia feminina e de penalizar a mulher de forma

mais severa que o próprio agressor. O apoio de parcela da população brasileira a projetos como esses decorre da reduzida representatividade feminina na política — dominada por homens cisgenero e brancos — bem como de uma consciência coletiva marcada por uma moralidade conservadora, majoritariamente cristã (Soares & Souza, 2021).

Em 2022, 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência, e o número de mulheres que procuraram a delegacia para registrar ocorrência aumentou cerca de 14% em relação a 2021 (Souza, 2023; Cerqueira et al., 2023). Apesar do aumento nas denúncias, segundo a Agência Senado (2024), 61% das mulheres violentadas em 2023 não notificaram a polícia nem adotaram qualquer medida para interromper o relacionamento. Corroborando esses dados, apenas 24% das brasileiras afirmaram conhecer bem os instrumentos de proteção às mulheres, incluindo a Lei Maria da Penha, revelando que, mesmo diante de avanços, a situação permanece alarmante.

Retomando a influência do machismo estrutural na sociedade brasileira, observa-se que muitas mulheres têm dificuldade em reconhecer determinados atos como violência, especialmente quando não se trata de agressões físicas, mas de formas mais sutis socialmente naturalizadas. Esse não reconhecimento tende a retroalimentar o ciclo de violência, tornando-o crônico e cada vez mais presente no cotidiano das mulheres (Campos et al., 2021)

Os dados apresentados refletem um histórico de violação persistente dos direitos das mulheres em diversas esferas da vida, o que cria obstáculos para que as vítimas consigam se desvincular do agressor. Esse panorama contribui para que 46% das brasileiras não se sintam seguras nem respeitadas enquanto mulheres (Agência

Senado, 2024). Nesse contexto, a violência de gênero configura-se como uma questão de saúde pública no Brasil, e levanta-se o questionamento acerca das principais dificuldades enfrentadas no processo de rompimento do ciclo da violência doméstica.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o processo de saída de mulheres do contexto de violência doméstica.

1.2.2 Objetivos específicos

Identificar as etapas vivenciadas por mulheres vítimas de violência doméstica, desde a primeira agressão até o processo de superação do evento traumático;

Compreender os obstáculos encontrados por essas mulheres para se desvincular da situação de violência em que se encontravam;

Identificar os meios adquiridos por elas para saírem desse contexto;

Conhecer as emoções relacionadas ao processo de saída da violência doméstica.

2 Fundamentação teórica

2.1 Questões transversais ao gênero

Neste estudo, o gênero é compreendido como uma categoria analítica que permite examinar, de forma crítica e histórica, as relações de poder entre homens e mulheres (Scott & Urso, 2021). Enquanto construto social, o gênero potencializa o binarismo, ideia de que existem apenas os pólos feminino e masculino, o qual presume que ambos os sexos devem performar papéis socialmente atribuídos como parte da condição de existência do que é ser homem ou do que é ser mulher (Zanello, 2018).

Nesse sentido, Ludovice, Lordello e Zanello (2024) abordam o cuidado com o outro, um dos papéis atribuídos à mulher, como uma necessidade culturalmente construída. As autoras afirmam que muitas vítimas abrem mão da medida protetiva, por exemplo, para não sobrecarregar familiares ou amigos com as demandas relacionadas aos filhos. Essas ações são sustentadas pelo dispositivo materno, conjunto de expectativas e práticas sociais que naturalizam o papel da mulher enquanto mãe, estendendo-se para além da maternidade (Zanello, 2018).

Tal configuração contribui para a negligência do autocuidado e da autopreservação, perpetuando a permanência da mulher em relações abusivas — frequentemente pelo bem estar dos filhos e, em alguns casos, pelo senso de dever para com a família, incluindo o agressor (Ludovice, Lordello & Zanello, 2024). O dispositivo amoroso, apresentado por Zanello (2018), funciona como mecanismo de sustentação das relações pela crença de que o amor pode tolerar ou transformar o parceiro violento.

Essa dinâmica, porém, propicia a vulnerabilidade afetiva da mulher, podendo levar ao desenvolvimento da dependência emocional, a qual, segundo Rathus e O'Leary (1997), é classificada em: apego ansioso, caracterizado pela ansiedade decorrente do medo da separação; dependência exclusiva, relacionada à dedicação integral ao parceiro; e, a dependência propriamente dita, definida como a necessidade de suprimento afetivo proveniente do cônjuge. Somada à responsabilidade imputada à mulher de manter o namoro ou, sobretudo, do casamento (Zanello, 2018), essa condição leva ao investimento incessante na relação.

É relevante destacar que, quando as mulheres não se conformam aos padrões comportamentais socialmente prescritos, tendem a sofrer violência, a qual, para Diniz e Madureira (2020), opera como mecanismo de reafirmação da masculinidade e do exercício de controle sobre elas. Nesse sentido, o estudo conduzido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, evidenciou que a violência contra a mulher ocorre invariavelmente por razões relacionadas ao gênero (Gadoni-Costa & Dell'Aglio, 2010).

2.2 Definição de violência doméstica

A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006) define a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause dano de ordem física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral. Para compreender integralmente os aspectos relacionados ao tema central deste estudo, é fundamental distinguir os conceitos de âmbito doméstico e âmbito familiar.

O âmbito doméstico refere-se ao espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, ou seja, agressões praticadas dentro da residência da

vítima por alguém que também reside no local. Já o âmbito familiar diz respeito à comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, isto é, o agressor é alguém que pertence à família da vítima (Côrtes, 2012).

2.3 Tipos de violência e barreiras no enfrentamento

É importante destacar que muitas vítimas permanecem no relacionamento não apenas em função de demandas emocionais, mas devido a restrições de ordem econômica. De acordo com Piciula, Pavarina e Morong (2021), a ausência de autonomia financeira reduz a capacidade de prover o próprio sustento e o dos filhos, atuando como obstáculo significativo para o rompimento do ciclo abusivo, ao mantê-la economicamente dependente do agressor. Corroborando com isso, Stulz et al. (2024), afirmam que mulheres e crianças tendem a permanecer em ambientes violentos devido à falta de acomodações acessíveis e seguras. Além disso, a exposição contínua, especialmente física e psicológica, contribui para o aumento da vulnerabilidade econômica.

Retomando a Lei Maria da Penha, presente na constituição brasileira, são enumeradas, por ela, cinco formas de violência existentes. São elas: violência física, qualquer conduta que atinja a integridade ou a saúde corporal, por exemplo, empurrões, puxões de cabelo, socos, agressões com objetos cortantes e perfurantes; violência psicológica, qualquer conduta que cause dano emocional e baixa autoestima ou qualquer outro meio que gere prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; violência sexual, qualquer conduta gere constrangimento ao presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; violência patrimonial, configura retenção, subtração, destruição parcial

ou total dos objetos e/ou recursos da vítima; violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Lei n. 11.340, 2006).

O percurso enfrentado pelas mulheres para sair do cenário de violência doméstica é denominado de Rota crítica (Sagot, 2000). Esse conceito refere-se ao processo de contato com fatores obstaculizadores e/ou fatores propulsores, desde a primeira agressão até a decisão de denunciar e a superação dessa fase. Além disso, cabe mencionar que os fatores obstaculizadores e os fatores propulsores são divididos em “internos”, sentimentos como: medo, vergonha, amor pelo agressor e culpa, e “externos” que são: o apoio familiar e a burocratização assistencial (Sagot, 2000).

Diante disso, é importante mencionar que, Meneghel et al. (2011) registrou em sua pesquisa relatos em que as vítimas de violência doméstica, falam sobre o medo de sofrer retaliação do agressor e/ou de ter que lidar com atitudes estigmatizantes da comunidade e dos profissionais de rede de serviços, o que também pode gerar sentimentos de culpa, afinal, discursos que estigmatizam, como por exemplo, “apanha porque gosta”, “alguma coisa ela fez”, “todo mundo avisou”, põem a mulher vítima de violência doméstica como parcialmente responsável pela situação. Além do medo e da culpa, outros sentimentos podem ser obstáculos na rota crítica, como mencionado anteriormente, muitas mulheres têm dificuldade de se desvincular do agressor por ainda amá-lo e acreditar que é possível que haja mudança no comportamento dele, essa expectativa faz com que a mulher tente olhar para as fragilidades do cônjuge e tente compreendê-lo e ajudá-lo (Jong et al., 2008).

Outro obstáculo potencial para que as mulheres consigam romper com o contexto de violência é a dificuldade em reconhecer o que configura abuso, muitas vezes influenciada pela disseminação de padrões e expectativas de gênero, como já discutido.

Conforme Campos et al. (2021), após tomarem consciência da situação de abuso, muitas vítimas experimentam sentimentos intensos de culpa e constrangimento, o que as leva a esconder ou até negar os episódios de violência. Esse mecanismo de defesa pode favorecer a continuidade de abusos, além de aumentar a incidência de transtornos mentais.

O Conselho Federal de Psicologia (2024), ressalta a importância do trabalho em rede no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica. Nessas circunstâncias, a mulher pode enfrentar dificuldades para romper o vínculo com o agressor, conforme já mencionado anteriormente. Nesse sentido torna-se imprescindível reconhecer a relevância do atendimento psicológico, jurídico, social e em saúde, de forma integrada, para a efetivação da proteção e do cuidado.

Com isso, pode-se concluir que a violência doméstica não é um problema individual da mulher. Ou seja, a família, os civis e as autoridades, têm um papel de grande importância, pois é através desses meios que as mulheres vão ter condições e ferramentas para sair desse cenário. Essa afirmação é fortalecida pelo estudo de Sagot (2000), que apresenta relatos de mulheres apontando o apoio familiar como principal fator que lhes permitiu recomeçar a vida longe do agressor. Por outro lado, outras mulheres afirmaram que, pela ausência desse suporte, permanecem no relacionamento violento. O estudo também registra casos em que a convocação do agressor à delegacia foi o suficiente para intimidar e romper o ciclo; contudo, em outras situações, a intervenção institucional se mostrou insuficiente para proteger a vítima ou promover mudanças duradouras.

3 Método

3.1 Tipo de pesquisa e abordagem

O método qualitativo, utilizado para fundamentar esta pesquisa, aborda cientificamente os aspectos subjetivos da questão investigada neste estudo, considerando o contexto sócio-histórico, objetivando compreender o aspecto cultural, o aspecto ideológico e os significados encontrados no contexto e no pensar do indivíduo. Com isso, conclui-se que, a abordagem qualitativa estuda os fenômenos de forma mais aprofundada, abordando os aspectos interacionais do indivíduo como membro de uma sociedade, essa a qual ele se relaciona, influência e também é influenciado (Deslandes et al., 2009).

Para o alcance dos objetivos propostos neste estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais, como técnica de acesso à experiência subjetiva das participantes voluntárias. Ou seja, foram elaboradas e realizadas perguntas abertas referentes ao processo de saída de um contexto de violência doméstica, assim, dando espaço para as participantes darem respostas espontâneas e abrangentes. No entanto, nos casos em que houve fuga exagerada do tema, a entrevistadora interviu de forma sutil para que o rumo da entrevista voltasse ao foco original (Gil, 2008).

3.2 Participantes

A pesquisa contou com a participação voluntária de 8 mulheres que vivenciaram a violência doméstica e romperam com o ciclo, com exceção de uma participante, que ainda permanece na relação. As idades variaram entre de 19 e 72 anos, sendo a maioria concentrada na faixa dos 40. Ademais, foram coletadas

informações sociodemográficas complementares, a fim de ampliar a compreensão do contexto das participantes.

Frequência de Idades:

18 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	70 - 79	+ 80
2	1	4	0	0	1	0

Frequência de Raça:

Preta	Parda	Branca
3	1	4

Frequência de Região:

Centro Oeste	Sudeste	Sul/Norte
5	2	1

Frequência de religião:

Espiritismo	Católica	Adventista	Cristã	Umbanda	Não tem	Não declarou
2	2	1	1	1	0	1

3.3 Local

As entrevistas presenciais ocorreram em lugares variados, considerando que, por se tratar de um tema sensível, houve flexibilização quanto ao ambiente, de modo a garantir que as participantes se sentissem confortáveis e seguras. Algumas optaram por realizar a entrevista de forma virtual, por meio da plataforma *Google Meet*.

3.4 Materiais e Instrumentos

Os materiais utilizados na pesquisa foram: formulário de inscrição, gravador, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um tablet; os instrumentos empregados foram: questionário de perfil sociodemográfico e roteiro de entrevista semiestruturado.

Questionário de perfil sociodemográfico: As participantes, no primeiro momento, foram convidadas a responder um questionário sociodemográfico (Apêndice C), no *Formulários Google*. O qual foi utilizado para coletar informações como: idade, raça, escolaridade, estado civil, religião e cidade/bairro, objetivando caracterizar as participantes.

Roteiro de Entrevista Semiestruturada: contém 21 perguntas abertas (Apêndice D), objetivando estimular as participantes a discorrerem sobre suas experiências no contexto de violência doméstica, relatando os sentimentos mais recorrentes durante o abuso; quais violências eram mais frequentes; os principais obstáculos enfrentados por elas para sair da relação conjugal abusiva; e quais foram os meios encontrados para saírem do contexto de violência doméstica.

3.5 Procedimento Ético e de Coleta de Dados

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, o acesso às voluntárias foi feito através da estratégia bola de neve. A pesquisadora fez uma publicação nas redes sociais (*Instagram, Facebook, X* e grupos/contatos no *Whatsapp*), divulgando uma imagem e um texto com a finalidade de apresentar a pesquisa (Apêndice A), contendo o objetivo do estudo e os critérios de inclusão das participantes. Juntamente, também foi disponibilizado o formulário de inscrição (Apêndice B). Em seguida, a pesquisadora

entrou em contato para marcar o local, dia e horário, considerando a preferência e a disponibilidade de cada voluntária.

A coleta de dados foi realizada no período de março de 2025 e ocorreram encontros individuais, presenciais ou virtuais, por meio da plataforma *Google Meet*. Antes do início da entrevista, que foi realizada uma vez com cada participante e com duração de aproximadamente de 50 minutos, a pesquisadora disponibilizou o TCLE (Apêndice C), no *Formulários Google*, através de um link enviado por *whatsapp* ou por *e-mail*. No qual, os objetivos da pesquisa foram apresentados, reiterando a participação voluntária, tal como a garantia do sigilo e do anonimato, a partir da utilização de numeração nos relatos apresentados. As participantes também receberam por e-mail ou por *whatsapp* uma via do TCLE assinado.

Após o TCLE ser assinado de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi disponibilizado para as participantes, nos seus respectivos dias, um questionário de perfil sociodemográfico (Apêndice D), no *Formulários Google*, através de um link enviado por *Whatsapp* ou por e-mail, para ser preenchido. Por fim, a pesquisadora deu início à entrevista usando um roteiro semiestruturado (Apêndice E), acessado pelo tablet, que contém 21 perguntas que foram lidas para as participantes. Também é importante mencionar que, durante todo o processo, a pesquisadora esteve atenta para, em casos de algum sinal de alto desconforto, poder interromper e perguntar à voluntária se deseja prosseguir, fazer uma pausa ou encerrar a entrevista. Ao final do processo de coleta de dados, todas as entrevistas foram transcritas para permitir a realização da análise das informações levantadas.

É importante destacar que, esta pesquisa possui, inerente ao procedimento de entrevista, médio risco, pois durante o processo de coleta são abordados pontos delicados que podem levar a reviver a experiência “devido ao relato de suas memórias”, podendo haver também, evocação de emoções fortes. Diante disso, buscando diminuir esses riscos, foi disponibilizado o telefone e o e-mail da pesquisadora responsável para que os participantes possam contatá-la após a pesquisa, caso se sintam mobilizados e necessitem de acolhimento. Além disso, também foi disponibilizado o contato do Centro de Formação de Psicólogos do CEUB (CENFOR), a fim de que as voluntárias pudessem recorrer ao serviço caso sentissem necessidade de acompanhamento psicológico.

3.6 Análise de Dados

As informações coletadas neste estudo, durante a entrevista, foram submetidas a uma análise de conteúdo. Essa metodologia consiste em três grandes etapas, sendo elas: a pré análise, que consiste em uma fase de organização, na qual faz-se o uso de vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, formulação de hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação; a segunda etapa é a exploração do material, é nesse momento que os dados foram organizados; finalmente, o tratamento dos resultados e interpretação, nessa fase foi feita a categorização dos elementos a partir de suas semelhanças ou diferenças (Bardin, 1977), detectadas nas entrevistas transcritas pela pesquisadora. Dessa forma, foi possível analisar e registrar os conteúdos coletados durante a entrevista com as mulheres vítimas de violência doméstica, a fim de elaborar os resultados e a discussão.

4 Resultados e discussão

Esta pesquisa discorre sobre o tema da violência doméstica a partir dos seguintes eixos temáticos: trajetória; dificuldades e barreiras; autoestima e reconstrução da identidade; estratégia e recursos de superação. Elaborados com base na análise de conteúdo, que objetiva identificar e analisar os sentidos implícitos e explícitos que compõem o material coletado (Paiva, Oliveira & Hillesheim, 2021), durante as entrevistas com as participantes.

Para a construção dos eixos temáticos também foi considerada a existência de fatores internos e externos presentes no processo de rompimento do ciclo de violência. Os quais funcionam como obstaculizadores ou propulsores (Sagot, 2000), por exemplo, para algumas mulheres deste estudo, o núcleo familiar ofereceu suporte, possibilitando a saída da relação; em contrapartida, para outras participantes, representou um fator de dificuldade.

O eixo 1, denominado de “trajetória”, foi construído para que as etapas vivenciadas pelas participantes, a partir da percepção da violência, fossem analisadas com a finalidade de compreender o processo de rompimento do ciclo. Esse eixo servirá de base para a discussão promovida nos demais que serão apresentados em sequência.

4.1 Eixo 1 – Trajetória

Neste eixo o enfoque central são os fatores internos que influenciam a permanência ou o rompimento da relação abusiva. Para isso, o conteúdo foi dividido em três categorias: despertar, permanecer e iniciativa.

A categoria *Despertar* aborda o entendimento das entrevistadas do que é violência dentro de um relacionamento. Também discute como a dificuldade em identificar os abusos atua como um obstáculo para o rompimento da relação.

4.1.1 Despertar

De forma unânime, as voluntárias relataram terem sido expostas a situações de violência desde o início do relacionamento, embora muitas só tenham reconhecido tais experiências como violência após o término ou na fase final do processo de rompimento. Isso ocorre porque a violência contra a mulher é socialmente naturalizada, especialmente em suas formas mais sutis (Campos et al., 2021).

Apesar de a violência moral e psicológica serem amplamente reconhecidas pela Lei Maria da Penha e possuírem conceitos delimitados, grande parte das brasileiras ainda não possui conhecimento suficiente sobre essas definições ou sobre os direitos assegurados pela legislação (Agência Senado, 2024). Esse desconhecimento, aliado a crenças que envolvem posse e submissão da mulher ao homem, contribui para que determinados comportamentos sejam equivocadamente interpretados como demonstração de cuidado, dificultando com que a mulher os identifique como problemáticos.

Monteiro e Souza (2007) afirmam que constantes conflitos envolvendo submissão, menosprezo, solidão e humilhação vulnerabilizam as mulheres, ao ponto de fazê-las perder a percepção da intensidade das violências sofridas. Esse fenômeno é claramente ilustrado na fala da participante 1, que relatou que as formas de violência se intensificaram ao longo do tempo, culminando em tentativa de feminicídio.

Só cai em mim quando eu tomei uma facada, ele tentou me matar.

Ele tinha o intuito de que eu fosse dele, ele queria que eu ficasse só com ele.

Tudo começou com ele me dominando, pelas maneiras que eu me vestia, pela vaidade, eu não podia arrumar um cabelo, eu não podia fazer uma unha, eu não podia vestir uma roupa feminina, então ele me obrigava a vestir roupas masculinas, grandes, maiores do que a minha numeração. (Participante 1)

No discurso acima, evidencia-se a presença da violência psicológica, manifestada por meio do controle das ações da vítima, interferindo na sua autonomia sobre comportamentos e vestuário, além de degradar sua autoestima e senso de autocuidado. Nesse contexto, a falta de conhecimento sobre seus direitos e sobre as formas de violência constitui obstáculos para que a mulher consiga se desvincular do agressor.

Na categoria **Permanecer**, serão abordadas as tentativas e os discursos proferidos pelas mulheres para justificar a permanência na relação, mesmo após identificarem o relacionamento como abusivo. Também será discutida a resistência como um obstáculo para o rompimento definitivo do vínculo com o agressor.

4.1.2 Permanecer

Como já exposto anteriormente, ao longo dos séculos construiu-se a narrativa de que a mulher seria a principal responsável pelo êxito da relação conjugal. Nessa perspectiva, atribui-se ao homem o papel da conquista e à parceira o da manutenção do vínculo, romantizando um cenário de abdições femininas, no qual a mulher se adapta ou busca incessantemente transformar o outro. Essa concepção é introjetada,

segundo Zanello (2018), desde a infância, por meio de tecnologias de gênero, como os contos de princesas, revistas que orientavam sobre como “salvar o casamento” e outros exemplos semelhantes.

Essa alienação mostra-se tão intensa que, mesmo diante de múltiplas tentativas de suportar situações adversas no âmbito privado — incluindo diferentes formas de violência, infidelidade e esforço constante de se moldar ao outro —, muitas ainda buscam manter a relação, pois entendem que esse é o papel da mulher. Soma-se a isso o estigma da solteirice, marcado pela percepção de inferioridade social, independentemente do sucesso profissional. Nesse sentido, para Zanello (2018), romper o relacionamento tende a ser interpretado como prova do fracasso feminino, mesmo que seja uma união atravessada por agressões. Tal percepção é retratada na fala da Participante 2: “Fiquei muito com medo do sentimento de fracasso, que é sair de uma relação, de estar solteira, de ser uma mulher solteira”

Em sequência, considerando ainda a responsabilização da mulher pelo sucesso da relação amorosa — somada a fatores como dependência emocional e o afastamento de familiares e amigos, que a deixam em situação de isolamento —, observa-se que, mesmo após reconhecer-se como vítima de violência, ocorre a negação da própria situação, articulada a sentimentos de culpa e constrangimento (Campos et al. ,2021). Esse fenômeno fica evidente na fala da Participante 3:

Eu estudava para o vestibular de medicina, mas não consegui passar. Então, a única coisa funcionando na minha vida, que eu conseguia ser útil e ter um papel, era o relacionamento. Então, era muito difícil pra mim, tipo, sair disso.

Eu tentava me convencer que tava tudo bem: “ ah, tem um monte de gente que namora e se afasta dos amigos, é normal”, porém eu não tinha mais ninguém (Participante 3).

No relato, a participante 3 expressa a angústia de perceber que estava isolada em razão da relação e que buscou normalizar essa situação para não enfrentá-la. Durante a entrevista, ela afirmou sentir-se insuficiente e manifestou o desejo de manter o relacionamento amoroso, de modo que o bom andamento da relação estava inteiramente associado à sua percepção de sucesso como mulher, funcionando como prova de competência em algum aspecto de sua vida. Dessa forma, conclui-se que a ideia de sucesso ligada ao namoro/casamento se constitui como obstaculizador na rota crítica.

Na categoria *Iniciativa*, será discutido o motivo mais recorrente apresentado pelas participantes desta pesquisa para romper o relacionamento, assim como o processo de afastamento e os sentimentos inerentes a essa decisão.

4.1.3 Iniciativa

Nas categorias anteriores, *Despertar* e *Permanecer*, foram apresentados fatores que retardam o rompimento do ciclo de violência. Nesta seção, será discutido um dos fatores que atuam como propulsores para o rompimento e a superação de relacionamentos abusivos.

Franco, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) abordam, em sua pesquisa, como a infidelidade pode ser um dos fatores que levam ao término de um relacionamento, incluindo de uma relação abusiva. As autoras, também ressaltam que tal situação

desencadeia sentimentos como ódio e repulsa. Foi observado, durante as entrevistas deste estudo, que a traição por parte do agressor, de certa forma, emancipa as vítimas do sentimento de culpa pelo fracasso da relação, especialmente quando se confronta a realidade de que, mesmo após tudo que tenha perdoado e feito, o parceiro foi infiel. Esse fenômeno é claramente ilustrado na fala da Participante 4:

O que me fez tomar a iniciativa de romper de vez, foi a traição, o fato dele ter me traído me deu muita raiva. Tipo, eu só aceitei que ele nunca gostou de mim de verdade, mesmo com ele sempre me mandando mensagem falando que eu sou quem ele mais amou. Quando descobri que ele me traiu, se tornou muito mais fácil porque daí eu consegui criar ódio e me libertar da responsabilidade pelo relacionamento (Participante 4).

O tópico da traição foi mencionado pela maioria das participantes. É importante ressaltar que, embora constitua um fator propulsor para o rompimento da relação, a traição abalou profundamente a autoestima das vítimas e gerou sofrimento intenso, o qual muitas buscaram transformar em força para conseguirem se desvincular da relação.

Enquanto as categorias *Despertar e Permanecer* abordaram obstáculos internos, o eixo 2 denominado de “Dificuldades e Barreiras”, vai focar em obstáculos externos da rota crítica, enfrentados pelas mulheres.

4.2 Eixo 2 – Dificuldades e Barreira

Neste estudo, sete das oito participantes romperam com o ciclo de violência doméstica. Contudo, durante as entrevistas, emergiram relatos de barreiras que extrapolam a dimensão emocional da vítima.

Nesse contexto, a dependência econômica configura-se como importante obstáculo para o rompimento de relações abusivas (Piciula, Pavarina & Morong, 2021), sobretudo quando associada à presença de filhos ou a doenças crônicas. Diante disso, é arriscada a decisão de abdicar da carreira profissional em função do casamento, prática socialmente legitimada, especialmente mediante o recente avanço de ideias conservadoras em âmbito global. O impacto da ausência de autonomia econômica mostra-se particularmente evidente na trajetória da Participante 7, configurando-se como o principal fator que a impede de romper com o casamento.

Estou refém do plano de saúde que meu marido paga, o câncer é uma doença crônica, né? Pode nunca mais voltar, mas pode voltar! Ainda estou fazendo o tratamento e ele é caro. Todo mês tenho que ir ao hospital tomar medicamentos, né? Eu tô refém porque se eu sair do casamento, perco o plano de saúde, ele vai fazer questão de cancelar (Participante 7).

Nessa fala, destaca-se o relato de sentir-se refém do plano de saúde. Mesmo que retornasse ao mercado de trabalho e alcançasse condições para o próprio sustento, a doença preexistente inviabilizaria a contratação de outro plano, uma vez que, para o fornecedor, os custos seriam superiores aos benefícios. Assim, ao se desvincular do plano de saúde custeado pelo marido, a participante enfrentaria dificuldades para dar continuidade ao tratamento da doença em remissão. Essa

condição lhe gera sentimentos de frustração e arrependimento por ter abandonado a vida profissional e, conseqüentemente, não ter assegurado meio de responsabilizar-se pela própria saúde.

Ainda no âmbito da dependência financeira, as entrevistas evidenciaram a insegurança em romper com o agressor em função da maternidade. Essa preocupação é sustentada pelo dispositivo materno, que desloca a realização feminina de si para o cuidado com o outro, levando as mulheres a priorizarem filhos e familiares em detrimento da própria segurança (Luduvic, Lordello & Zanello, 2024). Tal processo é intensificado pela vergonha de não corresponder ao ideal de cuidadora natural que lhes é imposto. Nessa mesma direção, Stulz et al. (2024), pontuam que a ausência de acomodações seguras constitui um entrave para a decisão de sair do ambiente abusivo, uma vez que não há garantia de condições dignas para seus dependentes. Esse padrão é ilustrado no discurso da Participante 1

Eu me sentia insegura por ser mãe já de duas crianças, ter que retornar para a casa da minha mãe sem uma condição financeira, com duas crianças. Eu acho que o período que eu vivi, que eu me permitia viver nesse relacionamento tóxico, violento, foi a insegurança de não ter um lugar como mãe para estar com meus filhos (Participante 1).

No início da fala, evidencia-se o sentimento de vergonha por precisar recorrer à mãe devido à vulnerabilidade econômica, lidando não apenas com a sensação de insuficiência enquanto mulher e mãe, ao considerar a possibilidade de delegar o que entende como sua responsabilidade para outra pessoa, mas também com o receio de possíveis julgamentos. Com o intuito de enfrentar esse obstáculo, além da Casa da

Mulher Brasileira, o Governo do Distrito Federal (2024), estabeleceu a concessão do aluguel social, benefício temporário destinado a mulheres vítimas de violência doméstica, com o objetivo de oferecer condições que favoreçam o rompimento da relação abusiva.

Outro obstáculo recorrente é o receio da revitimização, isto é, o sofrimento decorrente do manejo inadequado por parte das instituições, ao procurar a delegacia para registrar a denúncia. Nesse sentido, Melo e Melo (2021) destacam que, durante a rota crítica, caminho percorrido pela mulher para se desvincular do ciclo de violência doméstica, a forma como as vítimas são recebidas pelos agentes públicos, responsáveis por acolher e orientar a mulher, pode tanto impulsionar quanto atrasar a saída do contexto de violência. Ou seja, ao não oferecer o devido suporte e ao reproduzir discursos atravessados por estereótipos sexistas, as autoridades recorridas potencializam o desgaste emocional da mulher (Melo & Melo, 2021), que se sente desamparada e sem a quem recorrer.

Ao ser questionada sobre como se sentiu ao procurar ajuda na delegacia, a Participante 6 destaca sua frustração com o atendimento recebido.

É muito ruim chegar num espaço onde você deveria ser acolhida e outra mulher perguntar o que você fez para apanhar. Então, isso é um motivo, entendeu? É por isso que as mulheres demoram para denunciar (Participante 6)

Esse discurso demonstra como ocorre a revitimização e de que forma a experiência em equipamentos públicos podem afetar a decisão da mulher de registrar a denúncia, contextualizando os dados apresentados pela Agência Senado (2024), que

indicam que a maioria das mulheres vitimizadas não adotam medidas legais nem tomam iniciativas para deixar a relação.

Na categoria *Iniciativa*, do eixo 1, denominado “Trajetória”, foram abordados fatores propulsores internos. Já no eixo temático 3, denominado “*Estratégias e Recursos de Superação*”, o foco recai sobre condições externas que impulsionam a saída da mulher do contexto de abuso e os meios utilizados para superar o relacionamento.

4.3 Eixo 3 – Estratégias e Recursos de Superação

O fundamentalismo religioso pode representar um obstáculo significativo à ruptura do ciclo de violência para muitas mulheres, uma vez que, a violência de gênero não é discutida na maioria das igrejas. Quando buscam apoio, às vítimas frequentemente recebem orientações centradas na oração e na expectativa da intervenção divina sobre o comportamento do parceiro (Vale, 2025).

Entretanto, a maioria das participantes deste estudo indicou que a relação com suas crenças religiosas constitui um recurso de resiliência, ao qual recorrem para enfrentar o processo de superação e reconstrução pessoal após o rompimento da relação abusiva. Aggarwal et al. (2023), indicam que a prática da religiosidade contribui para a redução de sintomas ansiosos e depressivos, evidenciando o potencial da fé como recurso de enfrentamento. Essa relação foi ilustrada na fala da Participante 3:

Eu sempre fui muito religiosa, mas tinha abandonado muito isso na época do relacionamento. Tem uma coisa importante que eu esqueci de comentar, eu tinha o costume de me cortar. Às vezes, quando eu descobria as traições, eu

tinha uma mistura muito de sentimentos que eu não podia nomear, sabe? O sentimento de ser enganada pela pessoa que você ama, de estar vulnerável, era um sentimento tão grande que eu não conseguia sustentar no meu psíquico. Então eu aliviava isso, me cortando, sabe? E quando eu terminei, eu recorri à religião para não me cortar mais nos momentos de angústia

(Participante 3)

Durante a entrevista, a participante relatou que, ao longo do namoro, afastou-se de pessoas e de atividades que lhe proporcionam bem estar, como amigos, familiares e o espiritismo, o que se refletiu em comportamentos de automutilação como forma de lidar com os sentimentos intensos de angústia. A reconexão com sua fé, por sua vez, constituiu um recurso de fortalecimento da saúde mental.

Recorrer à família como forma de se desvincular da relação violenta, foi outra estratégia identificada durante as entrevistas deste estudo. Como discutido anteriormente, dispor de um local seguro para residir mostra-se fundamental no processo, sobretudo quando associado a um ambiente sem julgamentos. Nesse sentido, Sagot (2000) evidencia o apoio familiar como um dos principais fatores de proteção para mulheres em situação de violência conjugal, visto que não se restringe ao suporte material, mas também envolve suporte afetivo, promovendo a sensação de segurança necessária para reconstrução da vida longe do agressor. Em contrapartida, mulheres que não dispõem desse amparo tendem a permanecer na violência. Essa estratégia mostrou-se efetiva no relato da Participante 8

Eu fui acolhida pelo meu irmão do meio. Ele me deu todo um suporte, um lugar para morar e afeto, foi o que me ajudou a sair do meu casamento. Foram

28 anos de convivência, todos viam que aquilo ali uma hora ia acabar numa tragédia, mas a atitude tinha que partir de mim. Então, quando eu resolvi tomar a atitude, foi ele a primeira pessoa que me apoiou (Participante 8)

É marcante nessa fala a reflexão sobre como a vítima tende a demorar para tomar uma iniciativa e que o acolhimento, quando essa decisão é tomada, se mostra fundamental, sobretudo quando parte de pessoas com as quais mantém laços afetivos. Assim, há uma atenuação da vulnerabilidade econômica e psicológica da mulher durante a rota crítica.

Para finalizar, o eixo 4, denominado de "Autoestima e Reconstrução da Identidade", busca explorar os sentimentos envolvidos no processo de rompimento com o ciclo de violência, particularmente quanto ao modo como a autoestima e o senso de identidade das mulheres são afetados pelos abusos sofridos.

4.4 Eixo 4 – Autoestima e Reconstrução da Identidade

Durante as entrevistas, ao serem questionadas sobre como se sentiriam caso pessoas de fora do núcleo familiar soubessem ou comentassem sobre o contexto em que estavam inseridas, as participantes mencionaram sentimentos de culpa e vergonha. Corroborando esses relatos, Meneghel et al. (2011) discute que o medo de sofrer com comentários estigmatizantes leva as vítimas a buscarem esconder a situação ou até mesmo negá-la. As autoras também destacam que o sentimento de culpa pode emergir em decorrência de alegações de que a mulher permanece no ciclo de violência por não desejar interrompê-lo. Esse fenômeno é ilustrado na fala da Participante 7

Eu tenho vergonha, muito vergonha porque sou uma pessoa esclarecida, né, e tô numa situação dessa, fica parecendo que é proposital. Eu gostaria de sumir, esses são meus sentimentos (Participante 7)

O sentimento implícito de culpa, nessa fala, está relacionado à percepção de si mesma como uma pessoa esclarecida e inteligente, o que contribui para experiência de vergonha por se encontrar nessa situação, como se fosse uma escolha. Essa percepção intensifica o peso emocional vivido e, ao imaginar o conhecimento de outras pessoas sobre seu contexto, reforça o desejo de desaparecer para não precisar enfrentar o julgamento social. Assim, entende-se que o receio ao julgamento é caracterizado como obstáculo na rota crítica, o qual é acompanhado pelos sentimentos de culpa e vergonha da situação vivenciada.

Outra pauta abordada pelas participantes foi a sensação de perda de identidade. Segundo Tomaz Paiva, Silva Lima e Gomes Cavalcanti (2022), a exposição constante a violências, especialmente a psicológica, compromete a autoestima feminina e, conseqüentemente, a forma como a mulher se enxerga no mundo. A submissão às vontades do cônjuge, que gera afastamento de familiares e amigos, perda da autonomia sobre como se vestir e se comportar, além de outras questões também já mencionadas e amplamente discutidas, fazem com que a mulher perca sua própria identidade e não se reconheça mais fora daquela relação após o término. O relato da Participante 2 ilustra de maneira clara esse fenômeno

Depois que eu saí, assim, que terminou tudo, eu pode ser meio louco que eu vou dizer, mas eu fiquei um ano sem saber quem eu era. Eu não sabia quem eu era por um ano (Participante 2).

Todas as entrevistadas apresentaram discursos semelhantes a esse da Participante 2, especialmente aquelas que permaneceram por mais tempo no relacionamento abusivo. Entretanto, durante esses relatos, a principal descoberta deste estudo foi revelada: quando a vítima toma consciência que se perdeu durante o relacionamento violento, isso se constitui como fator propulsor para o rompimento com os agressor e na busca de se reconstruir. O desejo de reencontrar a mulher que era antes da exposição à violência é evidenciado no discurso da Participante 5

Eu precisava sair daquilo. Quero voltar a ser a pessoa que eu era antes de casar, ele me sufocou! Eu fui apagada, ele destruiu a minha identidade (participante 5).

Com isso, conclui-se que a rota crítica configura-se como um percurso desafiador, marcado por diversos obstáculos, mas que também pode apresentar fatores facilitadores. A experiência de cada mulher, embora compartilhe elementos em comum, revela trajetórias singulares. Esse processo pode ser atravessado por questões externas, como a vulnerabilidade econômica e social, ou apoio familiar e institucional, assim como por fatores internos, relacionados à forma como as mulheres se percebem em sociedade.

Todas as participantes deste estudo encontraram em si mesmas a força motriz para seguir em frente, buscando realizar novas coisas por si mesmas, incluindo a voluntária que ainda permanece no casamento. Contudo, para que isso seja possível, é necessário que essas mulheres recebam suporte em rede, ou seja, que sejam devidamente acolhidas por instituições públicas, nas quais os profissionais de diferentes áreas atuem de forma integrada em prol do bem estar e da segurança, além

do apoio proveniente do núcleo familiar.

5 Considerações finais

Em síntese, este estudo evidenciou que a maioria das participantes relatou sentir-se violentada no atendimento institucional, especialmente no momento da denúncia, havendo poucas menções à experiência de acolhimento. Isso pode se apresentar como uma das razões pelas quais as mulheres demoram para tomar a iniciativa contra o agressor. Observou-se também que mulheres autodeclaradas pretas ou pardas estavam mais expostas a múltiplas formas de violência no contexto relacional. Essa informação pode ser aprofundada em pesquisas futuras, considerando que ainda não há estudos em grande proporção que enfoquem exclusivamente no contexto sociocultural que permeia as relações dessas mulheres e sua experiência de violência. Quanto às gerações, foram identificadas semelhanças, como o fato de todas as participantes não conseguirem identificar violências mais sutis. Já quanto às diferenças, verificou-se que as participantes com menos de 30 anos permaneceram por períodos mais curtos nas relações do que aquelas com idade superior. Além disso, uma das entrevistadas relatou que percebeu que repetiu padrões familiares de comportamento, sugerindo a perpetuação intergeracional da violência. Outro aspecto marcante nos relatos foi a responsabilização das vítimas pelo rompimento da relação, incluindo julgamentos externos sobre a decisão de permanecer com o agressor, como se tivessem prazer na situação. Por fim, a religião se mostrou, para a maioria, como fonte de suporte emocional durante o processo, embora a entrevistada adventista tenha apontado que a separação geraria estigmas e limitaria suas possibilidades de estabelecer uma nova relação com outro homem da igreja. Assim, todos os objetivos propostos foram contemplados.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. (2023, 1º de agosto). STF proíbe tese de legítima defesa da honra em casos de feminicídio. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-08/stf-proibe-tese-de-legitima-defesa-da-honra-em-casos-de-feminicidio>

Agência Senado. (2024, 28 de fevereiro). *Mapa Nacional da Violência de Gênero: Subnotificação de violência doméstica pode chegar a 61%* [Relatório]. Senado Federal / Instituto DataSenado. <https://www.camara.leg.br/noticias/1038979-estudo-do-senado-aponta-subnotificacao-de-61-no-registro-de-violencia-contramulher/>

Aggarwal, S., Wright, J., Morgan, A., Patton, G., & Reavley, N. (2023). Religiosity and spirituality in the prevention and management of depression and anxiety in young people: a systematic review and meta-analysis. *BMC psychiatry*, 23(1), 729.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União.

Campos, F. R. P., de Oliveira, J., Fukushima, L. M., & Buosi, L. M. (2021). Saúde mental e relações sociais de gênero: Impactos da violência de gênero sobre a saúde mental da mulher. *TCC – Psicologia*.

Câmara dos Deputados. (2024, 11 de junho). Projeto de lei prevê pena de homicídio simples para aborto após 22 semanas de gestação. <https://www.camara.leg.br/noticias/1071458-projeto-de-lei-preve-pena-de-homicidio-simples-para-aborto-apos-22-semanas-de-gestacao/>

Cerqueira, D., Bueno, S., Lima, R. S., Alves, P. P., Marques, D., Lins, G. O. A., Camarano, A. A., Barbosa da Silva, F. A., Coelho, D., Sobral, I., Armstrong, K. C., Villela, M., Macedo, H., Moura, L., Lunelli, I. C., Bernardes, L., Brandão, J., Martins, J., Pacheco, D., ... Vela, R. G. (2023). *Atlas da violência 2023*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Conselho Federal de Psicologia. (2024). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência* (2ª ed.). Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP. https://crepop.cfp.org.br/lancamento_rt_mulheres

Côrtes, G. R. (2012). Violência doméstica: Centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. *Estudos de Sociologia*, 17(32).

Corrêa, M. (1981). Do crime passional à legítima defesa da honra. In M. Corrêa, *Os crimes da paixão* (pp. 37–67). São Paulo: Brasiliense.

de Novaes Marques, T. C. (2004). A mulher casada no Código Civil de 1916: Ou, mais do mesmo. *Textos de História*, 12(1–2), 127–144.

de Paiva, A. B., de Oliveira, G. S., & Hillesheim, M. C. P. (2021). Análise de conteúdo: Uma técnica de pesquisa qualitativa. *Revista Prisma*, 2(1), 16–33.

Deslandes, S. F., Gomes, R., & Minayo, M. C. S. (Orgs.). (2009). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (28ª ed.). Vozes.

Diniz, D., & Madureira, M. (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens como estratégia de enfrentamento à violência doméstica. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1–20. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n217006>

Fernandes, H. L., & Costa, A. F. (2024). Mulheres cientistas nos livros didáticos de Ciências do Brasil no século XXI. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, e48227-26.

Follador, K. J. (2009). A mulher na visão do patriarcado brasileiro: Uma herança ocidental. *Revista Fato & Versões*, 1(2), 3–16.

Franco, D. A., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Violência doméstica e rompimento conjugal: Repercussões do litígio na família. *Pensando Famílias*, 22(2), 154–171.

Gadoni-Costa, L. M., & Dell’Aglío, D. D. (2010). Mulheres em situação de violência doméstica: Vitimização e coping. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 151–159.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.

Gomes, N. P. (2002). Violência conjugal: Análise a partir da construção da identidade masculina. [Dissertação].

Governo do Distrito Federal. (2024, 9 de julho). Aluguel social para mulheres vítimas de violência é regulamentado no DF. Secretaria de Estado de Governo do DF. <https://segov.df.gov.br/w/aluguel-social-para-mulheres-vitimas-de-violencia-e-regulamentado-no-df>

Jong, L. C., Sadala, M. L. A., & Tanaka, A. C. D. A. (2008). Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42, 744-751.

Ludovice, P., Lordello, S. R., & Zanello, V. M. (2024). Revogação das medidas protetivas: Análise dos fatores e motivações presentes na solicitação da mulher. *Revista Direito e Práxis*, 15(02), e67306.

Melo, W. A., & Melo, J. R. A. (2021). Revitimização da mulher em situação de violência sexual: Rota crítica e desafios na rede intersetorial. *Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí*, 4(2), 268–280. <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2025/02/15-Revitimizacao-da-mulher-em-situacao-de-violencia-sexual-rota-critica-e-desafios-na-rede-intersetorial.pdf>

Meneghel, S. N., Bairros, F., Mueller, B., Monteiro, D., Oliveira, L. P. D., & Collaziol, M. E. (2011). Rotas críticas de mulheres em situação de violência: Depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(4), 743–752.

Monteiro, C. F. S., & Souza, I. E. O. (2007). Vivência da violência conjugal: Fatos do cotidiano. *Texto & Contexto Enfermagem*, 16(1), 26-31.

Piciula, L. N., Pavarina, A. F., & Morong, F. F. (2021). Aspecto financeiro diante da violência doméstica: Como fator de risco e característica emancipadora da mulher. *Colloquium Socialis*, 5(3), 45–58.

Rago, M. (2019). “Estar na hora do mundo”: Subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e180515.

Rathus, J. H., & O’Leary, K. D. (1997). Spouse-specific dependency scale: Scale development. *Journal of Family Violence*, 12(2), 159–168.
<https://doi.org/10.1023/A:1022884627567>

Sagot, M. (2000). *Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: Estudios de caso de diez países*. Pan American Health Organization.

Scott, J. W., & Urso, G. S. (2021). Gênero. *Albuquerque: Revista de História*, 13(26), 177–186.

Soares, C. S., & de Souza, J. F. R. (2021). A moléstia permanente: O conservadorismo no Congresso Nacional como obstáculo na proteção de mulheres vítimas de violência de gênero durante a pandemia de COVID-19. *Revista Jurídica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)*, 3.

Stulz, V., Francis, L., Naidu, A., & O’Reilly, R. (2024). Women escaping domestic violence to achieve safe housing: An integrative review. *BMC Women’s Health*, 24, 314.
<https://doi.org/10.1186/s12905-024-03143-7>

Schraiber, L. B., D’Oliveira, A. F. P. L., & Couto, M. T. (2006). Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Revista de Saúde Pública*, 40, 122-120.

Tomaz Paiva, T., da Silva Lima, K., & Gomes Cavalcanti, J. (2022). Abuso psicológico, autoestima e dependência emocional de mulheres durante a pandemia de COVID-19. *Ciências Psicológicas*, 16(2).

Vale, C. M. D. (2025). O fundamentalismo religioso e a violência doméstica e familiar: “Eu trouxe maldição para minha casa”.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Poster de divulgação

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR MULHERES PARA SAIR DO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Olá, meninas. Me chamo Maria Rita Maciel, sou estudante de psicologia do Centro Universitário de Brasília (CEUB). **Estou buscando voluntárias** para participar da minha pesquisa de iniciação científica.

Para participar da pesquisa, as voluntárias precisam se encaixar nos seguintes critérios:

- Ter vivenciado um relacionamento amoroso abusivo, em uma relação heterossexual.
- Ser maior de idade.

ATENÇÃO:

- É garantido **anonimato** da identidade
- A pesquisa contempla **cuidados éticos**
- A pesquisadora vai entrar em contato com as mulheres que fizerem sua inscrição

Contato: maria.maciel@sempreceub.com



APÊNDICE B - Formulário de inscrição

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO: As dificuldades encontradas por mulheres para sair do contexto de violência doméstica.

Olá, obrigada por se interessar em participar voluntariamente desta pesquisa, sua participação é de extrema importância. Este formulário busca obter informações para a pesquisadora entrar em contato com você e agendar a entrevista, também tem como objetivo coletar informações sociodemográficas para compor o estudo.

1º OBSERVAÇÃO: Só quem terá acesso aos dados de identificação (Nome, número e e-mail), das mulheres inscritas, é a pesquisadora: Maria Rita de Olinda Maciel.

2º OBSERVAÇÃO: Os dados de identificação (Nome, número e e-mail), são obtidos apenas para a pesquisadora entrar em contato, essas informações não serão usadas em nenhuma outra etapa do estudo.

O anonimato da identidade é garantido às mulheres voluntárias.

E-mail da pesquisadora: maria.maciel@sempreceub.com

Aceita ser voluntária deste estudo?

Sim () Não ()

Nome:

Idade:

Número para contato:

E-mail para contato:

APÊNDICE C - TCLE**TCLE**

“As dificuldades encontradas por mulheres para sair do contexto de violência doméstica”

Instituição dos(as) pesquisadores(as): UniCEUB

Pesquisadora responsável: Luana Elayne Cunha de Souza

Pesquisadora assistente: Maria Rita de Olinda Maciel

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo feita. Sua colaboração neste estudo será de muita importância, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

Antes de decidir se deseja participar, de livre e espontânea vontade, você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitada a assinar e receberá uma cópia do documento por e-mail.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver ficado suficientemente claro. A pesquisadora deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Objetivos do estudo

Analisar os obstáculos que dificultam a saída de mulheres do contexto de violência doméstica.

Procedimentos do estudo

- 1- A entrevista terá aproximadamente 50 minutos de duração e será realizada de maneira presencial no local de sua preferência ou de forma virtual por meio da plataforma Google Meet. Ao início do encontro serão passadas todas as diretrizes necessárias para a sua participação;
- 2 - Sua participação consiste em responder um Questionário Sociodemográfico e depois participar de uma Entrevista Semiestruturada;
- 3 - Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo;
- 4 - Visando auxiliar na elaboração do trabalho e na análise dos dados obtidos, a entrevista será gravada em forma de áudio;
- 5 - A duração da entrevista depende da participante, ou seja, a entrevistada poderá falar o tempo que achar necessário.

RISCOS E BENEFÍCIOS

- Este estudo possui médio risco que é inerente ao procedimento de entrevista. Durante a entrevista serão abordados pontos delicados que podem levar a reviver a experiência “devido ao relato de suas memórias”, podendo haver também, evocação de emoções fortes. Portanto, será disponibilizado o contato do CENFOR (CENTRO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO do CEUB), caso a participante sinta necessidade de buscar apoio psicológico profissional após a participação no estudo. telefone: (61) 3966-1201
- Medidas preventivas durante a aplicação serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Tais como: a participante poderá pular perguntas que gerem um enorme mal estar e não haverá juízo de valor do que for relatado.

- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre a violência doméstica como um fenômeno social, além de fornecer informações que podem auxiliar e/ou encorajar outras mulheres a romper com o ciclo.
- O material coletado poderá servir de base para estudos que visam desenvolver e posteriormente implementar medidas preventivas e de auxílio.

PARTICIPAÇÃO, RECUSA E DIREITO DE SE RETIRAR DO ESTUDO

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso comunicar a pesquisadora
- Sua desistência não irá causar qualquer tipo de constrangimento ou prejuízo.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

CONFIDENCIALIDADE

- Seus dados de identificação (nome, número para contato, RG ou CPF e e-mail), serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados (entrevistas, gravações, etc.) ficarão guardados sob a responsabilidade de Maria Rita de Olinda Maciel com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, serão arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja

relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa,

entre em

contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília –

CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, localizado no endereço SEPN 707/907 -

Bloco 6,

sala 6.205, 2º andar, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br.

O

horário de atendimento do CEP-UniCEUB é de segunda a quinta: 09h30 às 12h30 e

14h30 às

18h30.

O CEP é um grupo de profissionais de várias áreas do conhecimento e da comunidade, autônomo, de relevância pública, que tem o propósito de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a

sua

participação no estudo.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, incluindo os danos possíveis, entre em

contato

com a pesquisadora responsável, Luana Elayne Cunha de Souza, pelo telefone (85)

99871-7580 ou pelo e-mail luana.elayne@ceub.edu.br e com a pesquisadora assistente, Maria Rita de Olinda Maciel, no telefone (61) 98362-5866 ou pelo e-mail maria.maciел@sempreceub.com.

Ao assinar abaixo, você confirma que leu as afirmações contidas neste termo de consentimento, que foram explicados os procedimentos do estudo, que teve a oportunidade de fazer perguntas, que está satisfeito com as explicações fornecidas e que decidiu participar voluntariamente deste estudo. Uma via será entregue a você, pelo e-mail, e a outra será arquivada pela pesquisadora responsável. Além disso, você terá acesso ao registro do consentimento sempre que for solicitado.

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília (CEUB)

Endereço: SEPN 707/907 - Asa Norte, Brasília Bloco: /Nº: /Complemento: Bloco 9

Bairro/CEP/Cidade: Brasília-DF/Asa Norte/70.790-075

Telefones p/contato: (31) 3966-1200

E-mail (obrigatório):

Data de hoje (obrigatório):

Eu (obrigatório):

RG ou CPF (obrigatório):

Após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo e autorizo a gravação (em áudio) da entrevista.

- Sim
- Não

APÊNDICE D - Questionário de perfil sociodemográfico

Nome:

Idade:

Gênero:

Raça:

Estado Civil:

Possui filhos:

() Sim () Não

Cidade:

Bairro:

Escolaridade:

Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino

Médio Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior Completo ()

Ensino Superior Incompleto ()

Profissão:

Religião:

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista

- 1) Por quanto tempo você permaneceu no relacionamento com ele?
- 2) Como você percebeu que estava em um relacionamento abusivo? Que situações aconteceram?
- 3) Quanto tempo de relacionamento vocês tinham quando as violências começaram a ser notáveis para você?
- 4) No seu relacionamento, quais formas de violência doméstica eram praticadas?
- 5) Você pode descrever seus sentimentos ao perceber que era vítima de violência doméstica?
- 6) Como foi o processo de decidir terminar o relacionamento?
- 7) Houve denúncia de violência?
- 8) Houve acionamento de medida protetiva?
- 9) Que fatores te encorajaram a sair desse relacionamento?
- 10) Você teve apoio familiar ou de amigos?
- 11) Na sua visão, a religião teve alguma influência durante o seu processo de saída desse relacionamento? De forma positiva ou negativa.
- 12) Você teve receios quanto a realizar a denúncia contra seu marido/namorado? Quais?
- 13) Ao denunciar seu agressor na delegacia, você se sentiu acolhida e/ou segura ?
- 14) Qual papel sua família exerceu na sua saída do contexto de violência doméstica?
- 15) Você dependia emocionalmente e/ou financeiramente do seu agressor?
- 16) Qual foi a sua maior dificuldade para se desvincular definitivamente do seu agressor?

- 17) Você pensou em desistir da denúncia em algum momento?
- 18) A opinião de pessoas do seu convívio, não necessariamente pessoas próximas, despertaram quais sentimentos?
- 19) Quais meios, públicos ou privados, foram essenciais para você romper o ciclo de violência?
- 20) Em algum momento você acreditou que seu parceiro mudaria o comportamento agressivo?
- 21) Você vê o relacionamento amoroso como uma necessidade na sua vida?